

NOTA DE ENVIO

de: Praesidium

para: Convenção

Assunto: **Cooperações reforçadas**

– Artigo 32.º-B, Título V, Parte I, e artigos I a P, Parte II, da Constituição

Conteúdo do documento:

Página 2: I. Principais elementos

Página 4: II. Descrição do actual mecanismo

Página 11: III. Quadro indicativo: artigos propostos no domínio das cooperações reforçadas, em comparação com os actuais tratados

Página 12: IV. Projecto de artigos

Página 17: V. Projecto de artigos comentado

I. PRINCIPAIS ELEMENTOS

O mecanismo da cooperação reforçada foi criado pelo Tratado de Amesterdão e alterado pelo Tratado de Nice. Este mecanismo rege-se por disposições gerais que se aplicam a todos os domínios (artigos 43.º a 45.º do TUE), bem como por cláusulas específicas, em função dos domínios abrangidos pelo TCE (artigos 11.º e 11.º-A do TCE), pela cooperação em matéria penal (artigos 40.º a 40.º-B do TUE) e pela PESC (artigos 27.º-A a 27.º-E do TUE). Existem outros tipos de "cooperação reforçada" organizada directamente no Tratado, que não são analisados no presente documento. É o caso, por exemplo, do desenvolvimento do acervo de Schengen, da moeda única, ou ainda, futuramente, da defesa.

A cooperação reforçada constitui, em princípio, um mecanismo de "último recurso", sempre que determinada acção não pode ser levada por diante com a participação de todos os Estados-Membros. Neste caso, o Conselho pode autorizar, por maioria qualificada, um número mínimo de oito Estados-Membros a avançarem recorrendo "às instituições, processos e mecanismos" previstos nos Tratados. Porém, só os Estados-Membros participantes podem tomar parte na votação no Conselho para adoptar decisões que apenas a eles são aplicáveis e cujos eventuais custos são, em princípio, assegurados apenas por esses mesmos Estados-Membros, designadamente no que diz respeito às despesas de carácter não administrativo. Em princípio, é admissível a cooperação reforçada em todos os domínios abrangidos pelo Tratado, com excepção das questões que tenham implicações a nível militar e da defesa ¹.

O presente documento tem por objectivo esboçar as grandes linhas deste instrumento de flexibilidade, bem como apresentar projectos de artigos da Constituição sobre o mesmo assunto. Estes visam, essencialmente, simplificar a redacção das actuais disposições relativas às cooperações reforçadas, bem como a sua estrutura. As observações indicam qual a proveniência dessas disposições nos actuais Tratados. A nova estrutura proposta assenta mais em critérios temáticos do que na actual distinção por pilar que desaparecerá na Constituição (sem prejuízo das eventuais disposições processuais específicas). Foram suprimidas algumas disposições consideradas redundantes.

¹ Ao abrigo do regime do Tratado de Amesterdão, a PESC ficava também excluída pelo facto de o sistema de abstenção construtiva responder às necessidades de flexibilidade na matéria (Cf. n.º 1 do artigo 23.º do TUE).

Na Parte I da Constituição inserir-se-ia o **artigo 32.º-B**, que apresenta os traços fundamentais do mecanismo da cooperação reforçada no quadro da União. Em princípio, este seria o último artigo do Título V do projecto de Constituição ("Exercício de competências").

Os **artigos I a P** constariam da parte da Constituição consagrada às disposições institucionais não contempladas na primeira parte (provisoriamente, Secção D da Parte II). Estes artigos referem-se aos limites e regras de execução das cooperações reforçadas, bem como ao processo de autorização e ao processo aplicável à participação posterior de outros Estados-Membros.

Para além disso, foram sugeridas algumas alterações de fundo. Trata-se, por exemplo, de simplificar e homogeneizar os processos de autorização inicial e referente à participação posterior, bem como de reforçar o papel da Comissão e do Parlamento Europeu no momento em que se dá início às cooperações reforçadas (parecer favorável). Estas alterações processuais visam facilitar o lançamento das cooperações reforçadas e tornar mais claras as condições a que está sujeita a participação posterior, assegurando melhor a coerência das acções das cooperações reforçadas entre si e com os objectivos da União no seu conjunto. A Comissão encontra-se igualmente bem colocada para actuar como árbitro entre os interesses dos participantes numa cooperação reforçada e os dos que nela não participam. Mantêm-se processos específicos para as cooperações reforçadas conduzidas no âmbito da PESC.

Uma novidade é o facto de se prever expressamente que, em certos casos, a decisão de autorização pode estabelecer condições de participação na cooperação reforçada. Assim, o mecanismo deixa de ser concebido unicamente como um substituto da votação por unanimidade, passando a constituir um instrumento que permite ter em conta diferenças objectivas, ainda que temporárias. Por outro lado, a referência a eventuais condições objectivas de participação tende a enquadrar o poder discricionário da Comissão ou do Conselho relativamente aos pedidos que os Estados-Membros lhes dirijam no sentido de participarem numa cooperação reforçada após a sua criação: de facto, as condições de participação serão as mesmas para os Estados-Membros que participam desde o início na cooperação reforçada e para aqueles que se lhe venham a associar posteriormente.

A condição do último recurso foi algo clarificada, indicando-se que é através da decisão de autorização que o Conselho constata formalmente que tal condição se encontra preenchida, sem que tenham sido necessariamente levados a cabo processos anteriores. Por conseguinte, esta condição não pode ter por efeito limitar o âmbito de acção das cooperações reforçadas a actos pontuais.

No que diz respeito ao limiar mínimo de participação, propõe-se que este seja fixado em um terço dos Estados-Membros, no espírito do Tratado de Nice, que estabeleceu um limiar de oito Estados-Membros.

Por fim, no âmbito da PESC, as cooperações reforçadas deixam de ficar confinadas à mera execução de uma acção ou de uma posição comum.

II. DESCRIÇÃO DO ACTUAL MECANISMO

I. Condições para o lançamento da cooperação reforçada: último recurso e limiar mínimo

a) A condição do "último recurso", tal como foi formulada no Tratado de Nice, presta-se a diversas interpretações.

O Tratado de Amesterdão previa que a cooperação reforçada só pode ser lançada *"quando não seja possível alcançar os objectivos dos citados Tratados mediante a aplicação dos processos pertinentes neles previstos"*. O Tratado de Nice passou a prever que *"as cooperações reforçadas só podem ser iniciadas como último recurso, quando se estabelecer no Conselho que os seus objectivos não podem ser atingidos, num prazo razoável, através da aplicação das disposições pertinentes dos Tratados"* (artigo 43.º-B do TUE).

Coloca-se a questão de saber em que momento e em que condições o Conselho pode constatar a existência de um bloqueio. Na formulação de Amesterdão, poder-se-ia entender que os processos devem ser conduzidos até ao fim, eventualmente até à fase da votação, para que se encontre preenchida a condição do último recurso. A fórmula utilizada em Nice apresenta-se mais flexível, embora pouco clara, na medida em que competiria ao Conselho constatar o bloqueio sem necessariamente aguardar a votação, nem o início efectivo dos processos normais.

A condição do último recurso poderia implicar também a determinação do âmbito de acção possível de determinada cooperação reforçada. Efectivamente, esta condição poderia ser interpretada, pelo menos na fórmula utilizada pelo Tratado de Amesterdão, como uma limitação da autorização da cooperação reforçada no sentido de que esta incida apenas sobre um acto, ou uma questão por ele abrangida, que tenha anteriormente fracassado no âmbito do processo de decisão a Quinze. A formulação de Nice parece deixar maior margem de interpretação a este respeito, dado que se evocam os objectivos que a própria cooperação reforçada se atribuiria e cuja impossibilidade de realização a Quinze num prazo razoável seria constatada pelo Conselho (sem se chegar necessariamente a tentar os processos de decisão a Quinze). Estes objectivos, abrangendo por hipótese um âmbito de acção mais alargado do que o de um único acto, poderiam então determinar o domínio de acção da cooperação reforçada.

Seja como for, a fórmula utilizada no Tratado de Nice merece ser esclarecida, nomeadamente no que toca à forma como o Conselho deve constatar que a condição necessária ao lançamento da cooperação reforçada se encontra efectivamente preenchida.

b) Outra das condições para o lançamento da cooperação reforçada prende-se com o número mínimo de Estados participantes. O Tratado de Amesterdão previa um **limiar mínimo** de metade dos Estados-Membros, nomeadamente para evitar a formação de vários subgrupos num mesmo domínio, mas também para justificar o recurso às instituições comuns. O Tratado de Nice fixa este limiar em oito Estados-Membros, o que corresponde à maioria dos Estados-Membros actuais. Terá com certeza prevalecido a ideia de que provavelmente os futuros Estados-Membros participariam menos nas cooperações reforçadas, uma vez que teriam já de integrar todo o acervo comunitário.

A fim de prevenir o risco de dispersão, o Tratado de Nice introduziu uma nova disposição destinada a garantir a coerência das cooperações reforçadas entre si e com a acção da União no seu conjunto ¹.

¹ Artigo 45.º do TUE.

II. Processo de autorização da cooperação reforçada e de participação posterior de outros Estados-Membros

a) As cooperações reforçadas são **autorizadas** pelo Conselho por maioria qualificada. O Tratado de Nice suprimiu o direito de veto possível "por importantes [...] razões de política nacional", salvo no diz respeito ao segundo pilar. O Conselho delibera sob proposta da Comissão, mediante pedido prévio nesse sentido dos Estados-Membros interessados. A Comissão deve fundamentar a sua eventual recusa de dar seguimento ao pedido dos Estados-Membros. No domínio do terceiro pilar, em caso de recusa por parte da Comissão, oito Estados-Membros podem apresentar nova proposta directamente ao Conselho. No do segundo pilar, são os próprios Estados-Membros que apresentam directamente o pedido ao Conselho. Consoante os domínios, o Parlamento Europeu deve ser informado, consultado ou emitir parecer favorável a respeito da autorização.

b) Qualquer intenção de **participação** posterior na cooperação reforçada deve ser notificada pelo candidato ao Conselho e à Comissão. No primeiro pilar, cabe à Comissão deliberar sobre a participação de outro Estado-Membro, enquanto que, no âmbito do terceiro pilar, se considera o pedido aprovado pelo Conselho numa formação restrita (da cooperação reforçada), a não ser que este decida manter em suspenso a sua aprovação, fundamentando essa sua decisão. O Tratado de Nice não alterou o Tratado de Amesterdão a este respeito: contrariamente ao processo de autorização, o papel da Comissão (no domínio do terceiro pilar) e o do Parlamento Europeu (no do primeiro pilar) não sofreram qualquer evolução. É ao Conselho na sua formação plena que cabe suspender a aprovação da participação posterior no domínio do segundo pilar.

III. Princípio da abertura

O Tratado de Nice conferiu maior destaque ao princípio da abertura das cooperações reforçadas, que se aplica tanto ao momento em que são instituídas como à participação posterior (artigo 43.º-B do TUE). Assim, em princípio, a participação numa cooperação reforçada não pode ser sujeita a quaisquer condições prévias. A decisão de participar ou não numa cooperação reforçada cabe exclusivamente aos Estados-Membros, por sua livre vontade. A decisão de autorização não pode, por isso, excluir *a priori* nenhum Estado-Membro. Está também previsto que a participação do maior número possível de Estados-Membros seja incentivada pela Comissão e pelos participantes na cooperação reforçada.

Todavia, no que diz respeito à participação posterior de outros Estados-Membros, o princípio da abertura parece relativizar-se pelo facto de a mesma não ser automática, uma vez que está sujeita a um processo de decisão. Além disso, a participação posterior numa cooperação reforçada fica subordinada à observância da "decisão inicial e das decisões tomadas nesse âmbito". De igual modo, durante o processo sobre a participação posterior de um Estado-Membro, podem ser adoptadas "disposições específicas que [se] julgue[m] necessárias" ¹

O sentido exacto destas disposições não é muito claro, embora permita pressupor que, no actual sistema, a participação posterior possa ser sujeita a determinadas condições. Não é também de todo improvável que o próprio assunto a que diga respeito determinada cooperação reforçada imponha *de facto* certas condições ou assente em certos dados objectivos.

IV. Funcionamento das cooperações reforçadas: competências e quadro institucional

O funcionamento interno das cooperações reforçadas rege-se pelas mesmas disposições institucionais e pelas mesmas bases jurídicas aplicáveis à Comunidade ou à União no seu conjunto. Por outras palavras, o quadro das competências, os instrumentos de acção e os processos de decisão previstos nos Tratados aplicam-se, em princípio, da mesma forma aos Estados-Membros reunidos numa cooperação reforçada.

a) No tocante às **competências**, fica, portanto, excluído que se inicie uma cooperação reforçada para adoptar um acto ou conduzir uma acção que os Estados-Membros não pudessem, no seu conjunto, levar a cabo no quadro dos Tratados em vigor. A transferência de competências é uniforme; só o seu exercício é diferenciado.

O Tratado coloca limites às competências susceptíveis de serem exercidas no âmbito de uma cooperação reforçada. Não pode tratar-se de uma competência exclusiva. O exercício da competência não pode prejudicar o mercado interno nem a coesão económica e social. Não pode afectar o comércio entre os Estados-Membros nem provocar distorções de concorrência. De uma forma geral, as cooperações reforçadas devem respeitar o acervo comunitário e ter por objecto favorecer a realização dos objectivos da União e reforçar o processo de integração ².

¹ Cf. artigo 11.º-A do TCE e artigos 27.º-E e 40.º-B do TUE.

² Cf. artigo 43.º do TUE.

b) O quadro institucional das cooperações reforçadas é idêntico ao estabelecido pelos Tratados para toda a União. Os processos de decisão são também os que se encontram previstos nas bases jurídicas em que se basearia a acção da União no seu conjunto.

Assim, a composição e o funcionamento da Comissão, do Tribunal e do Parlamento não variam nos casos em que estes exercem as respectivas competências no quadro de uma cooperação reforçada. Apenas o funcionamento do Conselho varia: só os Estados-Membros participantes na cooperação reforçada participam na votação, enquanto que os demais têm o direito de participar nas deliberações do Conselho. Assim sendo, se os participantes na cooperação reforçada ficam vinculados pelos actos adoptados e suportam as despesas não administrativas da sua acção.

O Tratado de Nice precisa, a este respeito, que os actos e decisões adoptados no quadro de uma cooperação reforçada "não fazem parte do acervo da União". Tal afirmação levanta questões quanto à natureza das cooperações reforçadas. Parece, todavia, que era essencialmente seu objectivo, na perspectiva do alargamento, excluir este acervo daquele que deveria ser imposto aos futuros Estados-Membros. A título comparativo, o Tratado de Amesterdão previra, aliás, que o acervo de Schengen integrado no âmbito da União fazia parte do acervo que devia ser aceite na totalidade pelos Estados candidatos à adesão ¹.

O sistema de votação por maioria qualificada é adaptado no Conselho restrito da cooperação reforçada, respeitando, relativamente ao limiar, uma proporção de votos ponderados igual à fixada para os Quinze, a saber, cerca de 71% dos votos ². O limiar deve representar a maioria dos Estados-Membros ou dois terços, se a proposta não emanar da Comissão (por analogia com o sistema adoptado para os Quinze, *vide* artigo 205.º do TCE). Em contrapartida, a ponderação dos votos não sofre qualquer adaptação específica.

¹ Artigo 8.º do Protocolo que integra o acervo de Schengen no âmbito da União Europeia.

² Compare-se com a votação por maioria qualificada no Conselho restrito no quadro da UEM: o limiar está fixado em dois terços dos votos ponderados de acordo com a fórmula habitual (n.º 5 do artigo 122.º).

V. Caso particular da PESC

O Tratado de Nice alargou o mecanismo da cooperação reforçada ao segundo pilar (Título V do TUE). Porém, neste caso, a cooperação reforçada só pode ser utilizada para executar uma acção comum ou uma posição comum previamente adoptada no quadro dos Quinze.

De uma forma geral, o Tratado de Nice prevê que uma cooperação reforçada neste domínio tem por objectivo "salvaguardar os valores e servir os interesses da União no seu conjunto" e que deve respeitar os princípios, os objectivos, as orientações gerais da PESC e as decisões já tomadas no âmbito dessa política. Afigura-se que, deste modo, o grupo de Estados participantes na cooperação reforçada age em nome da União no seu conjunto, o que evita que seja afectada a unidade da sua representação no plano internacional. Esta ideia é reforçada pelo facto de o direito de veto subsistir na fase de autorização da cooperação reforçada ¹. Finalmente, são aplicáveis as regras gerais relativas ao financiamento, de modo que as despesas não administrativas ficam exclusivamente a cargo dos participantes (artigo 44.º-A do TUE).

Por outro lado, uma cooperação reforçada não pode incidir sobre "questões que tenham implicações militares ou do domínio da defesa" ². A sua esfera de acção potencial fica, assim, substancialmente reduzida, excluindo, por exemplo, a execução das chamadas missões de Petersberg.

VI. Pistas de reflexão

O mecanismo da cooperação reforçada parece ter sido inicialmente concebido como substituto da votação por maioria. De facto, por um lado a condição do último recurso poderia implicar que uma cooperação reforçada apenas pudesse ser iniciada tendo em vista a adopção de actos pontuais. Por outro lado, a única alteração de natureza institucional numa cooperação reforçada prende-se com a formação do Conselho que, do ponto de visto do direito de voto, fica restringida aos representantes dos Estados-Membros que nela participam.

¹ Em contrapartida, a votação por maioria deveria continuar a ser aplicável no âmbito da cooperação reforçada, uma vez que se tratará sempre de dar execução a uma regra anterior.

² Artigo 27.º-B do TUE.

Concebido deste modo, alguns consideraram que este mecanismo era demasiado elaborado em comparação com outras técnicas possíveis para contornar o problema da votação por unanimidade (abstenção positiva, abstenção construtiva, adiamento de uma votação por maioria em virtude de políticas nacionais importantes com recurso ao Conselho Europeu, maioria superqualificada, "opt-out", etc.). Em contrapartida, certas características do mecanismo não permitem dar resposta às necessidades de uma diferenciação mais "estrutural" que abranja um domínio de política e se baseie, eventualmente, em critérios objectivos, a exemplo da moeda única e do sistema de Schengen.

Fundamentalmente, poder-se-ia colocar a questão de saber se um mecanismo abstracto e geral desta natureza é ou não útil, uma vez que as necessidades de diferenciação "estrutural" foram já largamente tidas em conta pelos sistemas de flexibilidade pré-estabelecidos e organizados no próprio Tratado, como a moeda única ou o sistema de Schengen, bem como, futuramente, no domínio da defesa (*vide* projecto de artigo 30.º da Constituição).

Todavia, convém ter presentes as razões que levaram os autores do Tratado de Amesterdão e, seguidamente, de Nice a criar um mecanismo que pudesse vir a revelar-se útil a longo prazo, tendo nomeadamente em conta a crescente heterogeneidade dos Estados-Membros da União e dos seus interesses ou necessidades específicos. As cooperações reforçadas foram concebidas como um instrumento de integração gradual aberto a todos os Estados-Membros a qualquer momento. Este instrumento visa permitir que um grupo de Estados-Membros coopere no âmbito da União, e não fora deste, e incentivar essa cooperação. Assim, os Estados-Membros participantes numa cooperação reforçada podem beneficiar de uma infra-estrutura existente; os seus cidadãos gozam de garantias parlamentares e jurisdicionais; quanto aos não participantes, fica assegurada a preservação dos seus interesses e dos da União no seu conjunto.

Por outro lado, embora um mecanismo deste tipo se revele pouco adequado para a adopção de actos pontuais ou, inversamente, para abranger vastos domínios políticos, o mecanismo da cooperação reforçada poderá, em contrapartida, vir a ser útil para abranger um âmbito de acção intermédio, a saber, certos aspectos de uma determinada política, ou ainda para prolongar alguns dos sistemas de flexibilidade pré-estabelecidos no Tratado.

III. QUADRO INDICATIVO: ARTIGOS PROPOSTOS NO DOMÍNIO DAS COOPERAÇÕES REFORÇADAS, EM COMPARAÇÃO COM OS ACTUAIS TRATADOS

	Artigos novos	Artigos que retomam disposições constantes dos actuais Tratados, mas de forma parcial ou com alterações substanciais	Artigos retomados dos actuais Tratados, sem alteração ou com pequenas adaptações
<u>Artigo 32.º-B</u> (Parte I da Constituição): Cooperações reforçadas		✓	
<u>Artigo I</u> (Parte II da Constituição): Formas especiais de cooperação no domínio da PESD	✓		
<u>Artigo J</u> (Parte II da Constituição): Condições gerais			✓
<u>Artigo K</u> (Parte II da Constituição): Relações com os não participantes			✓
<u>Artigo L</u> (Parte II da Constituição): Princípio da abertura		✓	
<u>Artigo M</u> (Parte II da Constituição) : Processo de autorização		✓	
<u>Artigo N</u> (Parte II da Constituição): Processo relativo à participação posterior de outros Estados-Membros		✓	
<u>Artigo O</u> (Parte II da Constituição): Financiamento			✓
<u>Artigo P</u> (Parte II da Constituição) : Princípio da coerência			✓

IV. PROJECTO DE ARTIGOS: COOPERAÇÕES REFORÇADAS

PARTE I DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 32.º-B (Cooperações reforçadas)

1. Os Estados-Membros que desejem instituir entre si uma cooperação reforçada no âmbito das competências não exclusivas da União podem recorrer às suas Instituições e exercer essas competências aplicando as disposições pertinentes da Constituição, dentro dos limites e segundo as modalidades previstas no presente artigo, bem como nos artigos I a P da Constituição.

As cooperações reforçadas têm por objecto favorecer a realização dos objectivos da União, preservar os seus interesses e reforçar o processo de integração. Estão abertas a todos os Estados-Membros aquando da sua instituição, e estão-no também a qualquer outro momento, nos termos do artigo L da Constituição.

2. A autorização de proceder a uma cooperação reforçada será concedida pelo Conselho como último recurso, quando tiver sido determinado nesta instância que os objectivos que prossegue não podem ser atingidos, num prazo razoável, pela União no seu conjunto, e desde que reúna, no mínimo, um terço dos Estados-Membros. O Conselho delibera de acordo com o processo previsto no artigo M da Constituição.

3. Só os representantes dos Estados-Membros participantes numa cooperação reforçada podem intervir na adopção dos actos no âmbito do Conselho. Todos os Estados-Membros podem, todavia, participar nas deliberações do Conselho.

A unanimidade é constituída exclusivamente pelos votos dos Estados participantes. A maioria qualificada é definida como a maioria dos votos dos Estados-Membros participantes, em representação de, no mínimo, três quintos da população desses Estados.

4. Os actos adoptados no âmbito de uma cooperação reforçada vinculam apenas os Estados-Membros participantes. Não são entendidos como um acervo que deva ser aceite pelos candidatos à adesão à União.

PARTE II DA CONSTITUIÇÃO, SECCÃO D

Artigo I (Formas especiais de cooperação no domínio da PESD)

O disposto no artigo 32.º-B da Parte I e nos artigos J a P da Parte II não se aplica às formas de cooperação previstas no domínio da defesa pelo artigo 30.º da Parte I, que se regem especificamente pelos artigos 18.º a 21.º do Título I B da Parte II.

Artigo J (Condições gerais)

As cooperações reforçadas previstas devem respeitar a Constituição e o acervo da União.

Tais cooperações não poderão prejudicar o mercado interno, nem a coesão económica e social. Não poderão constituir uma restrição nem uma discriminação ao comércio entre os Estados-Membros, nem provocar distorções de concorrência entre eles.

Artigo K (Relações com os não participantes)

As cooperações reforçadas previstas respeitarão as competências, direitos e deveres dos Estados-Membros não participantes. Estes não dificultarão a sua execução por parte dos Estados-Membros participantes.

Artigo L (Princípio da abertura)

1. As cooperações reforçadas estão abertas a todos os Estados-Membros aquando da sua instituição, desde que sejam respeitadas as condições de participação eventualmente fixadas na decisão de autorização. Estão-no também a qualquer outro momento, desde que sejam respeitados, para além das eventuais condições acima referidas, os actos já adoptados nesse âmbito.

A Comissão e os Estados-Membros participantes numa cooperação reforçada assegurarão que seja facilitada a participação do maior número possível de Estados-Membros.

2. A Comissão e, se for caso disso, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, informarão regularmente todos os membros do Conselho, bem como o Parlamento Europeu, da evolução das cooperações reforçadas.

Artigo M (Processo de autorização)

1. Os Estados-Membros que pretendam instituir entre si uma cooperação reforçada num dos domínios referidos na Constituição, com excepção da Política Externa e de Segurança Comum, devem dirigir um pedido nesse sentido à Comissão, especificando o âmbito de aplicação e os objectivos prosseguidos pela cooperação reforçada prevista. A Comissão pode apresentar ao Conselho uma proposta para o efeito. Caso não apresente proposta, a Comissão informará os referidos Estados-Membros das razões que a motivaram.

A autorização para dar início à cooperação reforçada é concedida por decisão do Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e depois de obtido o parecer favorável do Parlamento Europeu.

2. No âmbito da Política Externa e de Segurança e Comum, os Estados-Membros que pretendam instituir entre si uma cooperação reforçada devem dirigir um pedido nesse sentido ao Conselho. Esse pedido será transmitido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, que emitirá parecer sobre a coerência da cooperação reforçada e a Política Externa e de Segurança Comum da União, bem como à Comissão, que emitirá parecer, nomeadamente, sobre a coerência da cooperação reforçada prevista com as outras políticas da União. O pedido será igualmente enviado ao Parlamento Europeu, para informação.

A autorização para dar início à cooperação reforçada é concedida por decisão do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

Artigo N (Processo relativo à participação posterior de outros Estados-Membros)

1. Qualquer Estado-Membro que deseje participar numa cooperação reforçada deverá notificar a sua intenção ao Conselho, à Comissão e, se for caso disso, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Num prazo de quatro meses a contar da data de recepção da notificação, a Comissão confirmará a participação do Estado-Membro em questão. Constatará, se necessário, que estão preenchidas as eventuais condições de participação, e estabelecerá as disposições transitórias consideradas necessárias no que se refere à aplicação dos actos já adoptados no âmbito da cooperação reforçada.

Contudo, se considerar que não estão preenchidas as eventuais condições de participação, a Comissão indicará as medidas a tomar para satisfazer essas condições e estabelecerá um prazo para voltar a analisar o pedido de participação. Ao proceder a essa análise, a Comissão deliberará em conformidade com o disposto no parágrafo anterior. Se a Comissão considerar que continuam a não estar preenchidas as eventuais condições de participação, o Estado-Membro em questão poderá solicitar uma decisão do Conselho a este respeito, deliberando este por maioria qualificada, nos termos do n.º 3 do artigo 32.º-B da Constituição. O Conselho poderá também estabelecer, sob proposta da Comissão, as disposições transitórias acima referidas.

2. No âmbito da Política Externa e de Segurança Comum, o Conselho confirmará a participação do Estado-Membro em questão, após consulta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Constatará, se necessário, que estão preenchidas as eventuais condições de participação. O Conselho poderá também estabelecer disposições transitórias, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Contudo, se considerar que não estão preenchidas as eventuais condições de participação, o Conselho indicará as medidas a tomar para satisfazer essas condições e estabelecerá um prazo para voltar a analisar o pedido de participação.

Para efeitos do presente número, o Conselho delibera por maioria qualificada, nos termos do n.º 3 do artigo 32.º-B da Constituição.

Artigo O (Financiamento)

As despesas decorrentes da execução de uma cooperação reforçada que não sejam custos administrativos em que incorram as Instituições ficam a cargo dos Estados-Membros participantes, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade de todos os membros que o compõem após consulta ao Parlamento Europeu.

Artigo P (Princípio da coerência)

O Conselho e a Comissão garantem a coerência das acções empreendidas no âmbito de uma cooperação reforçada, bem como a coerência dessas acções com as políticas da União, cooperando para o efeito.

V. PROJECTO DE ARTIGOS COMENTADO

PARTE I DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 32.º-B (Cooperações reforçadas)

1. Os Estados-Membros que desejem instituir entre si uma cooperação reforçada no âmbito das competências não exclusivas da União podem recorrer às suas Instituições e exercer essas competências aplicando as disposições pertinentes da Constituição, dentro dos limites e segundo as modalidades previstas no presente artigo, bem como nos artigos I a P da Constituição.

As cooperações reforçadas têm por objecto favorecer a realização dos objectivos da União, preservar os seus interesses e reforçar o processo de integração. Estão abertas a todos os Estados-Membros aquando da sua instituição, e estão-no também a qualquer outro momento, nos termos do artigo L da Constituição.

2. A autorização de proceder a uma cooperação reforçada será concedida pelo Conselho como último recurso, quando tiver sido determinado nesta instância que os objectivos que prossegue não podem ser atingidos, num prazo razoável, pela União no seu conjunto, e desde que reúna, no mínimo, um terço dos Estados-Membros. O Conselho delibera de acordo com o processo previsto no artigo M da Constituição.

3. Só os representantes dos Estados-Membros participantes numa cooperação reforçada podem intervir na adopção dos actos no âmbito do Conselho. Todos os Estados-Membros podem, todavia, participar nas deliberações do Conselho.

A unanimidade é constituída exclusivamente pelos votos dos Estados participantes. A maioria qualificada é definida como a maioria dos votos dos Estados-Membros participantes, em representação de, no mínimo, três quintos da população desses Estados.

4. Os actos adoptados no âmbito de uma cooperação reforçada vinculam apenas os Estados-Membros participantes. Não são entendidos como um acervo que deva ser aceite pelos candidatos à adesão à União.

Observações

Primeiro parágrafo do n.º 1 do artigo 32.ºB

Este parágrafo expõe o princípio fundamental segundo o qual as cooperações reforçadas funcionam no âmbito das bases jurídicas dos Tratados, no que se refere tanto às competências como ao exercício das competências (processos e instrumentos). Este princípio encontra-se expresso de diferentes maneiras, em diversos pontos dos Tratados actuais ¹.

¹ Artigos 43.º e 44.º (primeiro período) do TUE, n.º 3 do artigo 11.º do TCE, n.º 2 do artigo 27.º-A e n.º 2 do artigo 40.º do TUE.

Este número indica também, logo à partida, as disposições da Parte II relativas aos limites e modalidades por que se rege o mecanismo da cooperação reforçada, designadamente a não aplicação do mecanismo às formas específicas de cooperação no domínio da defesa, e outras condições gerais destinadas, designadamente, a assegurar a observância do acervo da União.

Segundo parágrafo do n.º 1 do artigo 32.º-B: *Baseado nas condições estabelecidas na alínea a) do artigo 43.º do TUE, consigna o princípio da abertura (artigo 43.º-B do TUE), especificado na segunda parte.*

N.º 2 do artigo 32.º-B: *Princípio da autorização do Conselho e condições prévias para essa autorização: último recurso (artigo 43.º-A do TUE) e limiar mínimo (alínea g) do artigo 43.º do TUE).*

Este número enuncia o princípio da autorização do Conselho para desencadear uma cooperação reforçada e remete para o artigo M da Constituição no tocante às regras processuais. Enuncia ainda duas condições prévias para essa autorização: a condição do último recurso e a do limiar mínimo de participação.

*A **condição do último recurso**, tal como alterada pelo Tratado de Nice, não indica de que forma deve o Conselho estabelecer o seu cumprimento e afigura-se algo redundante relativamente à decisão de autorização do Conselho. A fórmula proposta indica que é através da decisão de autorização que o Conselho verifica formalmente se a condição do último recurso é de facto cumprida. Além disso, ao suprimir a expressão "através da aplicação das disposições pertinentes dos Tratados", estabelece-se mais claramente que a condição do último recurso não implica necessariamente o fracasso de um processo anterior, nem mesmo que tal processo de decisão tenha sido iniciado. De qualquer forma, é conveniente que o âmbito de acção de uma cooperação reforçada não seja pré-determinado por processos anteriores, mas possa ser determinado de modo mais amplo durante o processo de autorização, remetendo, nomeadamente, para diversas bases jurídicas em que assente a cooperação prevista.*

*No que respeita à **condição do limiar mínimo** de participação, coloca-se a questão de saber se não haverá que reintroduzir uma proporção de Estados-Membros, em vez de um número fixo, o que faz pouco sentido numa União cujo número de membros não está fixado de forma definitiva. No espírito do Tratado de Nice, essa proporção poderia corresponder a um terço dos Estados-Membros.*

N.º 3 do artigo 32.º-B: Baseado no n.º 1 do artigo 44.º

A principal característica institucional das cooperações reforçadas consiste na exclusão do direito de voto, no Conselho, dos não participantes. O projecto de artigo prevê contudo a possibilidade de estes participarem nas deliberações, tal como estabelecido no Tratado actual.

Por outro lado, o facto de se aplicarem às cooperações reforçadas as bases jurídicas da Constituição leva a que as regras de votação previstas nestas últimas – ou seja, a unanimidade ou a maioria qualificada – transitem para o funcionamento das cooperações reforçadas. Assim sendo, convém definir nesta disposição, a exemplo do actual artigo 44.º do TUE, a unanimidade e a maioria qualificada quando o Conselho delibera no âmbito de uma cooperação reforçada, tendo em conta a reformulação da votação por maioria qualificada efectuada pela Convenção.

N.º 4 do artigo 32.º-B: Baseado no n.º 2 do artigo 44.º

Os actos adoptados no âmbito de uma cooperação reforçada só vinculam os participantes. Assim, não vinculam os restantes Estados-Membros, a não ser – como é óbvio – quando estes nela participem posteriormente, o que decorre também do primeiro parágrafo do artigo L ("desde que sejam respeitados ... os actos já adoptados nesse âmbito", ver infra). As especificações suplementares incluídas no n.º 2 do artigo 44.º do TUE não parecem necessárias.

Por último, propõe-se a supressão do período "Esses actos ... não fazem parte do acervo da União.". Efectivamente, esta disposição levanta uma questão de alcance demasiado geral, se o seu objecto consistir em evitar impor o acervo (ainda não existente) das cooperações reforçadas aos futuros Estados-Membros (no caso vertente, após o próximo alargamento da União aos dez novos Estados, uma vez que a questão já não se coloca em relação a estes últimos). A fórmula proposta inspira-se no artigo 8.º do Protocolo que integra o acervo de Schengen no âmbito da União.

PARTE II DA CONSTITUIÇÃO, SECÇÃO D

Artigo I (Formas especiais de cooperação no domínio da PESD)

O disposto no artigo 32.º-B da Parte I e nos artigos J a P da Parte II não se aplica às formas de cooperação previstas no domínio da defesa pelo artigo 30.º da Parte I, que se regem especificamente pelos artigos 18.º a 21.º do Título I B da Parte II.

Observações

Artigo I: Novo

Este artigo estabelece que as diversas formas de cooperação num grupo de Estados-Membros previstas no domínio da defesa se regem por disposições específicas da Constituição, de modo que as disposições sobre a cooperação reforçada não são aqui aplicáveis.

No domínio da PESC, não foi retomado o artigo 27.º-B do TUE, que restringe as cooperações reforçadas à execução de uma acção comum ou posição comum da União. Com efeito, o mecanismo geral da cooperação reforçada não se afigura necessário para confiar a execução de uma acção comum a um grupo de Estados-Membros que actue eventualmente em nome da União. Foi esta, aliás, a abordagem adoptada para a realização de uma missão em matéria de defesa por um grupo de Estados (cf. projecto de n.º 5 do artigo 30.º da Constituição).

Artigo J (Condições gerais)

As cooperações reforçadas previstas devem respeitar a Constituição e o acervo da União.

Tais cooperações não poderão prejudicar o mercado interno, nem a coesão económica e social. Não poderão constituir uma restrição nem uma discriminação ao comércio entre os Estados-Membros, nem provocar distorções de concorrência entre eles.

Observações

Artigo J: (Baseado nas alíneas b), c), e) e f) do artigo 43.º do TUE)

Artigo K (Relações com os não participantes)

As cooperações reforçadas previstas respeitarão as competências, direitos e deveres dos Estados-Membros não participantes. Estes não dificultarão a sua execução por parte dos Estados-Membros participantes.

Observações

Artigo K: *(Reprodução da alínea h) do artigo 43.º e do último período do n.º 2 do artigo 44.º do TUE)*

Estas duas disposições foram agrupadas, uma vez que dizem respeito às obrigações mútuas entre participantes e não participantes.

Artigo L (Princípio da abertura)

1. As cooperações reforçadas estão abertas a todos os Estados-Membros aquando da sua instituição, desde que sejam respeitadas as condições de participação eventualmente fixadas na decisão de autorização. Estão-no também a qualquer outro momento, desde que sejam respeitados, para além das eventuais condições acima referidas, os actos já adoptados nesse âmbito.

A Comissão e os Estados-Membros participantes numa cooperação reforçada assegurarão que seja facilitada a participação do maior número possível de Estados-Membros.

2. A Comissão e, se for caso disso, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, informarão regularmente todos os membros do Conselho, bem como o Parlamento Europeu, da evolução das cooperações reforçadas.

Observações

N.º 1 do artigo L: *(Baseado no artigo 43.º-B do TUE)*

Este artigo especifica o princípio da abertura enunciado no n.º 1 do artigo 32.º-B. Ao abrigo deste princípio, os Estados-Membros são livres de participar ou não numa cooperação reforçada, tanto aquando da sua criação como mais tarde. Assim, a proposta da Comissão (ou de um grupo de Estados no âmbito da PESC) e a decisão de autorização do Conselho não podem, em princípio, excluir os Estados-Membros que desejem participar, nem obrigar aqueles que o não desejem a participar.

Todavia, observe-se que a participação posterior de outros Estados-Membros não é automática, uma vez que é objecto de um processo de decisão. Em especial, o facto de essa participação posterior estar subordinada ao respeito da decisão inicial e dos actos já adoptados nesse âmbito, ou ainda de poderem ser estabelecidas eventuais "disposições específicas"¹, leva a pressupor que, no sistema actual, essa participação possa estar já sujeita a determinadas condições.

Sugere-se que se torne explícito que a participação numa cooperação reforçada pode estar sujeita, em determinados casos, a condições objectivas, que deverão, como tal, ser fixadas durante o processo de autorização. Por conseguinte, sugere-se igualmente que, neste caso, essas condições digam respeito não só à participação posterior, mas também à participação inicial.

Esta abordagem visa aumentar o número de casos em que se tornaria útil o mecanismo da cooperação reforçada, uma vez que este deixaria de assentar única e exclusivamente na simples vontade, deixando, por conseguinte, de ser concebido essencialmente como um substituto da votação por unanimidade. O mecanismo da cooperação reforçada poderia, efectivamente, assentar também em diferenças objectivas, ou até mesmo atender a critérios objectivos de participação entre certos Estados-Membros, a exemplo da adopção do euro, da participação no sistema de Schengen, ou até de determinados aspectos em matéria de defesa (ver o projecto de artigo 30.º da Constituição).

Por outro lado, a referência a eventuais condições objectivas de participação visa enquadrar o poder discricionário da Comissão ou do Conselho em relação aos pedidos que lhes sejam dirigidos pelos Estados-Membros interessados em participar numa cooperação reforçada após a sua criação: efectivamente, as condições de participação serão as mesmas para os Estados-Membros que participem desde o início na cooperação reforçada e para aqueles que a ela adiram posteriormente.

¹ Ver o artigo 11.º-A do TCE e os artigos 27.º-E e 40.º-B do TUE.

N.º 2 do artigo L: (Baseado no artigo 27.º-D do TUE)

Prevista inicialmente no âmbito da PESC, a informação prestada a todos os Estados-Membros e ao Parlamento Europeu ganha em ser alargada aos outros domínios. Constitui, designadamente, uma garantia para os Estados não participantes, quaisquer que sejam as modalidades fixadas pela decisão de autorização relativamente à participação nos trabalhos e nas deliberações do Conselho (ver supra, n.º 3 do artigo 32.º-B). Quanto à informação prestada ao Parlamento Europeu, é necessária nos casos em que o PE não esteja implicado no processo de decisão de execução das cooperações reforçadas, bem como no que respeita à posterior participação de outros Estados-Membros.

Artigo M (Processo de autorização)

1. Os Estados-Membros que pretendam instituir entre si uma cooperação reforçada num dos domínios referidos na Constituição, com excepção da Política Externa e de Segurança Comum, devem dirigir um pedido nesse sentido à Comissão, especificando o âmbito de aplicação e os objectivos prosseguidos pela cooperação reforçada prevista. A Comissão pode apresentar ao Conselho uma proposta para o efeito. Caso não apresente proposta, a Comissão informará os referidos Estados-Membros das razões que a motivaram.

A autorização para dar início à cooperação reforçada é concedida por decisão do Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e depois de obtido o parecer favorável do Parlamento Europeu.

2. No âmbito da Política Externa e de Segurança e Comum, os Estados-Membros que pretendam instituir entre si uma cooperação reforçada devem dirigir um pedido nesse sentido ao Conselho. Esse pedido será transmitido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, que emitirá parecer sobre a coerência entre a cooperação reforçada e a Política Externa e de Segurança Comum da União, bem como à Comissão, que emitirá parecer, nomeadamente sobre a coerência entre as políticas da União e a cooperação reforçada prevista, e será igualmente enviado ao Parlamento Europeu, para informação.

A autorização para dar início à cooperação reforçada é concedida por decisão do Conselho, deliberando por maioria qualificada.

Observações

N.º 1 do artigo M: Fusão dos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do TCE e do artigo 40.º-A do TUE

Estes números descrevem o processo de autorização de uma cooperação reforçada nos domínios actualmente abrangidos pelo TCE e pelo Terceiro Pilar. Tendo em conta o desaparecimento da estrutura em pilares, poder-se-á tentar reduzir a actual heterogeneidade dos processos de

autorização (assim como a dos processos relativos à participação posterior de outros Estados, ver infra). Além disso, houve quem sublinhasse a importância do papel da Comissão no lançamento e execução das cooperações reforçadas, a fim de assegurar os interesses de toda a União ¹.

Por conseguinte, seria conveniente suprimir a particularidade segundo a qual os Estados-Membros que pretendessem instituir uma cooperação reforçada no domínio da cooperação judiciária e policial em matéria penal poderiam dirigir o seu pedido ao Conselho, mesmo que a Comissão se recusasse a dar-lhe seguimento.

Por uma questão de simplificação, sugere-se também que seja suprimida a possibilidade de levar o assunto ao Conselho Europeu. Na prática, seria possível fazê-lo, caso o lançamento de uma cooperação reforçada criasse sérios problemas a um Estado-Membro.

Dever-se-á também analisar o papel do Parlamento Europeu. Se a cooperação reforçada não se limitar à adopção de um acto individual, visando antes a adopção de vários actos ou até mesmo a execução de uma política, os processos de decisão previstos pela cooperação reforçada poderão ser múltiplos. Assim sendo, não será possível estabelecer uma ligação entre o processo de co-decisão, na sequência da execução de uma cooperação reforçada, e o processo de parecer favorável para autorizar essa cooperação. Nesta perspectiva, sugere-se a generalização do processo de parecer favorável em relação ao lançamento de todas as cooperações reforçadas, desde que a criação desse "subsistema" afecte toda a estrutura constitucional. O facto de as cooperações reforçadas previstas terem por efeito favorecer o processo de integração (nos termos do n.º 1 do artigo 32.º-B) constituiria uma garantia processual suplementar.

Por último, acrescenta-se que o pedido dirigido pelos Estados-Membros à Comissão especifica o âmbito de aplicação e os objectivos prosseguidos pela cooperação reforçada prevista, designadamente no intuito de controlar a observância das condições e limites previstos na Constituição.

¹ Cf., por exemplo, contributo franco-neerlandês (CONV 664/03).

N.º 2 do artigo M: Processo de autorização no âmbito da PESC (artigo 27.º-C do TUE)

O processo de autorização de uma cooperação reforçada no âmbito da PESC confere um papel menor à Comissão e ao Parlamento Europeu, prevendo a consulta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Sugere-se também, como nos outros domínios, que seja suprimida a possibilidade de levar o assunto ao Conselho Europeu (cf. referência ao n.º 2 do artigo 23.º do TUE).

Artigo N (Processo relativo à participação posterior de outros Estados-Membros)

1. Qualquer Estado-Membro que deseje participar numa cooperação reforçada deverá notificar a sua intenção ao Conselho, à Comissão e, se for caso disso, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Num prazo de quatro meses a contar da data de recepção da notificação, a Comissão confirmará a participação do Estado-Membro em questão. Constatará, se necessário, que estão preenchidas as eventuais condições de participação e estabelecerá as disposições transitórias consideradas necessárias no que se refere à aplicação dos actos já adoptados no âmbito da cooperação reforçada.

Contudo, se considerar que não estão preenchidas as eventuais condições de participação, a Comissão indicará as medidas a tomar para satisfazer essas condições e estabelecerá um prazo para voltar a analisar o pedido de participação. Ao proceder a essa análise, a Comissão deliberará em conformidade com o disposto no parágrafo anterior. Se a Comissão considerar que continuam a não estar preenchidas as eventuais condições de participação, o Estado-Membro em questão poderá solicitar uma decisão do Conselho a este respeito, deliberando este por maioria qualificada, nos termos do n.º 3 do artigo 32.º-B da Constituição. O Conselho poderá também estabelecer, sob proposta da Comissão, as disposições transitórias acima referidas.

2. No âmbito da Política Externa e de Segurança Comum, o Conselho confirmará a participação do Estado-Membro em questão, após consulta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Constatará, se necessário, que estão preenchidas as eventuais condições de participação. O Conselho poderá também estabelecer disposições transitórias, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Contudo, se considerar que não estão preenchidas as eventuais condições de participação, o Conselho indicará as medidas a tomar para satisfazer essas condições e estabelecerá um prazo para voltar a analisar o pedido de participação.

Para efeitos do presente número, o Conselho delibera por maioria qualificada, nos termos do n.º 3 do artigo 32.º-B da Constituição.

Observações

N.º 1 do artigo N: Processo relativo à participação posterior, com excepção da PESC (fusão dos artigos 11.º-A. do TCE e 40.º-B do TUE)

No sistema actual, é a Comissão que delibera sobre a participação posterior de outros Estados-Membros numa cooperação reforçada conduzida no quadro comunitário, enquanto que, no âmbito da cooperação judiciária e policial em matéria penal, é o Conselho "restrito" da cooperação reforçada que decide, segundo um sistema de aprovação implícita (que está mais de acordo com o princípio da abertura).

Tendo em conta o desaparecimento da estrutura em pilares, será de toda a conveniência instituir um procedimento único para os domínios abrangidos pelo TCE e pelo actual Terceiro Pilar, à semelhança do processo de autorização inicial. Por conseguinte, a questão reside em saber quem deverá deliberar sobre a participação posterior: a Comissão ou o Conselho "restrito" da cooperação reforçada?

A solução proposta consiste em confiar esse papel à Comissão (tal como já acontece nos domínios abrangidos pelo TCE), por razões idênticas às que presidiram à atribuição do seu papel no lançamento das cooperações reforçadas, ou seja, pelo facto de ser a instituição mais bem colocada para pesar os interesses de toda a União, os da cooperação reforçada e os dos Estados não participantes. Contudo, sugere-se também que, após uma segunda decisão negativa da Comissão, o Estado-Membro em questão possa dirigir o seu pedido ao próprio Conselho "restrito" da cooperação reforçada.

Além disso, e em conformidade com o princípio da abertura, propõe-se uma limitação do poder discricionário de apreciação da Comissão (ou do Conselho), referindo que uma decisão negativa sobre a participação posterior só poderá basear-se no não cumprimento das condições objectivas eventualmente definidas na decisão de autorização inicial.

Quanto aos actos já adoptados no âmbito de uma cooperação reforçada, os Estados-Membros devem estar em condições de os aplicar a partir da data da sua participação efectiva na cooperação reforçada. A Comissão ou o Conselho deverão, porém, poder estabelecer disposições transitórias que visem, nomeadamente, a aplicação progressiva desses actos, a fim de facilitar a participação dos Estados que o solicitem. Assim, dar-se-ia um sentido mais preciso à expressão "eventuais disposições específicas que (o Conselho ou a Comissão) julgue necessárias"¹, salientando simultaneamente o seu carácter transitório.

¹ Art. 11.º-A do TCE, art. 40.º-B e 27.º-E do TUE.

N.º 2 do artigo N: Baseado no artigo 27.º-E do TUE

Quanto à participação posterior numa cooperação reforçada no âmbito da PESC, a fórmula adoptada inspira-se na já descrita no número anterior, embora seja o Conselho, e não a Comissão, que delibera. Propõe-se, a este respeito, que seja o Conselho "restrito" da cooperação reforçada a deliberar, e não o Conselho na sua formação plena (à semelhança do actual procedimento no âmbito do Terceiro Pilar). Além disso, o Ministro dos Negócios Estrangeiros é consultado, tal como acontece aquando do processo de autorização inicial.

Artigo O (Financiamento)

As despesas decorrentes da execução de uma cooperação reforçada que não sejam custos administrativos em que incorram as Instituições ficam a cargo dos Estados-Membros participantes, salvo disposição em contrário estabelecida na decisão de autorização.

Observações

Artigo O: Reprodução do artigo 44.º-A do TUE

Artigo P (Princípio da coerência)

O Conselho e a Comissão garantem a coerência das acções empreendidas no âmbito de uma cooperação reforçada, bem como a dessas acções com as políticas da União, cooperando para o efeito.

Observações

Reprodução do artigo 45.º do TUE.

* *

*

Observações sobre as disposições do TUE e do TCE não incluídas nos projectos de artigos da Constituição

Não foram incluídas nos projectos de artigos algumas disposições dos actuais Tratados em matéria de cooperações reforçadas.

Assim, no domínio da PESC, o artigo 27.º-A do TUE refere, nomeadamente, que as cooperações reforçadas neste domínio se destinam "a salvaguardar os valores e servir os interesses da União no seu conjunto, afirmando a sua identidade como força coerente na cena internacional "e que devem respeitar" os princípios, os objectivos, as orientações gerais e a coerência da política externa e de segurança comum, bem como as decisões tomadas no quadro dessa política". Estes elementos estão abrangidos pela cláusula geral prevista no segundo parágrafo do n.º 1 do projecto de artigo 32.º-B da Constituição.

Também não foi incluída a alínea i) do artigo 43.º do TUE, que refere o Protocolo que integra o acervo de Schengen no âmbito da União Europeia. Essa disposição, onde se afirma que os artigos sobre a cooperação reforçada não devem afectar o disposto no Protocolo em questão, não parece ser muito útil, visto que a cooperação reforçada no âmbito do acervo de Schengen constitui apenas uma variante do mecanismo geral de cooperação reforçada. Por outras palavras, o Protocolo de Schengen define já claramente, por si próprio, o seu carácter específico e derogatório.
